

Série História(s) do Presente

Domínio

Jovens argelinos engraxam sapatos das tropas pára-quadistas imperiais. Na pág. da dir.: cartoon político mostra o domínio desumano de Leopoldo II no antigo Congo



MARC GARANGER/GETTY IMAGES

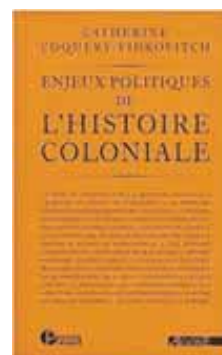
A recuperação da história dos impérios coloniais europeus, durante muitos anos glorificada e depois rapidamente esquecida, ajuda-nos a perceber de onde viemos, como aqui chegámos e que opções temos para o futuro

Por Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro

Quando, em 1996, a polícia parisiense entrou na Igreja de Saint-Bernard para expulsar imigrantes de origem africana que reivindicavam o acesso à nacionalidade, um aceso debate, com longos antecedentes, ressurgiu nos meios de comunicação social franceses sobre os chamados “*sans-papiers*”. Não tardou até que uns lembrassem como alguns dos que se viam na situação de serem expulsos eram descendentes de antigos militares dos *tirailleurs sénégalais*, um corpo especificamente composto por elementos da antiga África Ocidental francesa que combateu nas duas guerras mundiais, em solo europeu, para defender a integridade territorial da França. Os descendentes destes antigos militares (e outros, que não sendo descendentes compreendiam a força deste apelo) colocavam em xeque toda a retórica assimilacionista francesa de forma poderosa. Aos filhos e netos daqueles com quem a nação contraíra uma

dívida de sangue, quando defenderam não só o império mas a própria pátria francesa, era-lhes agora negada a cidadania plena.

Este é só um exemplo, entre muitos, de como a retirada dos impérios europeus das suas antigas colónias não se traduziu num fim abrupto do elemento colonial nas antigas metrópoles. A recuperação da história dos impérios coloniais europeus, durante muitos anos glorificada e depois rapidamente esquecida, é tão mais necessária porquanto ela nos ajuda a perceber de onde viemos, como aqui chegámos e que opções se nos apresentam para o futuro. Isto, claro, se queremos construir um mundo onde a desigualdade racial, étnica e cultural detenha um lugar menos central. O estudo da história impõe-se enquanto condição para avaliar criticamente realidades idas mas também os seus legados bem visíveis, de assuntos rotineiros, como a gastronomia ou a língua, àqueles cujo sentido de urgência política e social é flagrante, como, por exemplo, os relacionados com as políticas de cidadania ou das migrações.



Através da revisitação crítica de doze livros, ao longo de doze meses, a série **História(s) do Presente** recupera um conjunto de processos históricos que modelaram inequivocamente o nosso presente. Da longa persistência de modelos de organização concentracionária em “campos” durante o século XX à recorrente ameaça, proveniente de vários sectores, sobre os fundamentos racionais do conhecimento, passando pelas preocupações relativas ao crescimento demográfico ou à sustentabilidade do planeta, a série oferecerá ao leitor uma visão mais poliédrica dos passados que construíram o mundo como o conhecemos hoje. Para acompanhar sempre no primeiro domingo de cada mês.

Por uma vigilância dos usos e abusos da história

Enjeux Politiques de l'Histoire Coloniale (2009), da autoria da historiadora Catherine Coquery-Vidrovitch, responde a esta necessidade de estudar as realidades sociais, económicas, culturais e políticas do colonialismo europeu e, ao mesmo tempo, de indagar como esse passado condiciona os modos de olhar para o presente e de imaginar o porvir. A história, a memória e a política por relação com a questão colonial e imperial constituem os temas tratados por esta obra que, de forma sagaz e informada, nos interroga a todos a partir de temas tão diversos como a edificação jurídica dos impérios ou as reverberações das memórias coloniais no presente.

Se de uma forma mais ou menos consciente todos os autores dialogam com as suas circunstâncias, *Enjeux Politiques* fá-lo de forma deliberada. Nasceu em resposta directa à recorrência de usos e abusos políticos da história, procurando intervir nos debates associados às chamadas “guerras da memória” que atravessaram, e continuam a permear, a academia e a sociedade francesas. A defesa de um olhar mais

atento sobre as várias formas possíveis de instrumentalização da história com fins políticos imediatos não pode ser confundida com qualquer tentativa de silenciamento ou branqueamento. Visa, antes, a promoção de debates fundamentados, que evitem o aparente fulgor da frase feita ou meros argumentos de autoridade.

As fracturas coloniais na república

As ressonâncias públicas da relação entre memória, história, justiça e política assumem, porventura, uma dimensão ímpar no “hexágono”. O conhecido caso Dreyfus ou o colaboracionismo durante Vichy são dois exemplos passados de cismas nos debates públicos franceses. Outros se seguiram, como o comprovam a lei sobre o genocídio arménio ou a que criminaliza o negacionismo de crimes contra a humanidade. Neste contexto, o despontar da questão colonial não surpreende. Pensemos no caso da Lei Taubira, de 2001, que pretendia tipificar a escravatura e o tráfico de escravos como crimes contra a hu-



manidade ou na decisão, de 2005, de o Estado promover visões que valorizassem os aspectos positivos da colonização francesa, inclusive nos manuais escolares. Neste último caso, a influência de redes de descendentes da Organização Secreta Armada – organização paramilitar que resistiu à descolonização argelina através do recurso a várias formas de terrorismo – na decisão política foi manifesta, contribuindo para a indignação generalizada. O assunto não morreu, como se pôde ver nas últimas eleições presidenciais, particularmente através das intervenções de François Fillon e Emmanuel Macron acerca do passado imperial. A revisitação da história colonial francesa é vista como um instrumento político útil. Todavia, um aspecto tem-se mantido constante: a dificuldade em debater de modo informado, recusando usos acrílicos da história, e conseguindo contrariar tanto aqueles que determinam que a história é um campo reservado às autoridades académicas como os que procuram subordinar a prática de estudar o passado a uma causa política maior no presente. →



DANIEL ROCHA



CHARLIE SHOEMAKER/GETTY IMAGES

Enjeux Politiques responde a muitos dos problemas suscitados pela produção historiográfica sobre colonialismo e a sua utilização no espaço público. Fã-lo recusando dar respostas simples a perguntas necessariamente complexas, como aquelas que procuram compreender as relações entre memória e história, entre história e política, entre “objectividade” e “relativismo”. Um exercício que está consciente das limitações inerentes ao ofício do historiador, reconhecendo que este não existe isolado das múltiplas identidades e circunstâncias que o condicionam, mas que nem por isso admite o abandono da auto-exigência do rigor e do método. Moderação, aqui, não deve ser entendida como tibieza ou putativa equidistância. Antes como reconhecimento da precariedade das propostas de compreensão histórica. Ou dos riscos inerentes ao abandono dos princípios fundamentais da produção regrada de conhecimento. A memória e a política nunca estarão completamente fora da história. Mas estas não são, evidentemente, uma e a mesma coisa. Qualquer cidadão deve estar sempre alerta face às possíveis contaminações políticas e memorialísticas do saber histórico. O historiador tem aqui uma responsabilidade acrescida, apesar de não possuir jamais o monopólio dessa vigilância, nem por decreto, nem por inerência de funções.

Os cuidados que a autora recomenda, e que a si própria aplica, não são de todo incompatíveis com uma apreciação global sobre o que foi o moderno colonialismo europeu. Este constituiu-se historicamente em torno de três eixos: a desigualdade sistémica, o racismo e a violência institucionalizados. Contra as visões que pretendem suavizar o colonialismo europeu, feitas de recorrentes operações revisionistas ou *presentistas*, esta tripla faceta é inescapável. Independentemente das filiações políticas ou ideológicas dos historiadores, estes factos são dificilmente questionáveis empiricamente. No caso francês, manifestaram-se, desde logo, na criação de regimes jurídicos duais, experimentados pela primeira vez na Argélia no século XIX, cristalizando a diferença jurídica e política entre cidadãos e “indígenas”, fazendo-lhes corresponder cardápios diferentes de direitos e deveres. Estes regimes estenderam-se, com diferenças, a parte do império, com impacto directo nas políticas laborais, fiscais e fundiárias. Foram visíveis ainda nos duplos colégios eleitorais que faziam variar o peso eleitoral de cada voto em função da identificação cultural, religiosa ou racial. Ou ainda nas formas organizadas de violência perpetradas pelos Estados coloniais, das mais famosas, como as da Argélia, às menos conhecidas, como a repressão da revolta malgaxe de 1947/48. São vários os paralelos que podem ser estabelecidos a este respeito noutros contextos coloniais, incluindo o português. Sem excepções.

Contudo, o reconhecimento destes parale-

Pós-imperial

A prisão do Tarrafal.
O movimento Rhodes Must
Fall na África do Sul

los não pode servir, como sucede frequentemente, para justificar historicamente este ou aquele império em particular. A insistência na natureza intrinsecamente discriminatória de todos os colonialismos torna-se urgente, quando diversas iniciativas procuram normalizar a sua história e legados – por exemplo, relativizando a violência colonial, cotejando-a com outros abusos, de forma a mitigar os seus impactos, ou usando a escassez de informação para lançar suspeitas sobre a sua magnitude e recorrência. Outro exemplo decorre de acusações de anacronismo na interpretação histórica, ou seja, de que determinadas práticas eram, à época, aceitáveis, supostamente sem ser objecto de questionamento ou repúdio. A maioria destas acusações ignora deliberadamente as recorrentes manifestações de denúncia que então se fizeram sentir. A crítica do registo histórico dos impérios coloniais não é um exclusivo dos parâmetros morais contemporâneos. Também a ausência ou a escassez de fontes convencionais, isto é, fontes dos arquivos estatais, é usada por alguns como pretensa prova da ausência de contestação das iniquidades coloniais à época. A historiografia contemporânea tem, de modo variado, procurado iluminar as múltiplas formas de denúncia e resistência que as populações subjugadas empreenderam. E os arquivos oficiais são generosos na revelação do desconforto administrativo, quando não rejeição explícita, face às práticas generalizadas da época.

A hierarquização racial, decorrente de critérios biológicos ou socioculturais, constituiu a pedra angular do moderno colonialismo europeu e o ofuscamento deste aspecto manifestase de múltiplas formas na história, na memória e na política actuais. Na história, quando se persiste nas narrativas dos grandes homens e dos grandes feitos, imaginando um ocidente fechado nas suas fronteiras nacionais ou “civilizacionais”, o que nunca sucedeu. Este foi sempre “construído” pelas múltiplas interações que manteve com outras geografias e povos. Revela-se também nas memórias das sociedades ocidentais, onde a “cacofonia” dos testemunhos pessoais dos antigos colonos deixa pouco espaço aos que foram colonizados. E revela-se ainda na política, em que a visibilidade e a capacidade de intervenção públicas dos “repatriados” é esmagadoramente desproporcional face à dos antigos “indígenas”.

Turbilhão memorial na Europa

Estas “batalhas” têm vindo a ganhar maior relevo noutras antigas metrópoles europeias. É o caso dos Países Baixos, onde várias instituições requereram fundos governamentais para reavaliar os arquivos das companhias das Índias ou onde, em 2008, o Tribunal de Primeira Instância de Haia condenou o Estado holandês a pagar indemnizações às vítimas do massacre de Rawagedeh, cometido durante a eufemisticamente denominada “operação policial” na Indonésia. Na Alemanha, as iniciativas políticas que visam reparar ou, pelo menos, reconhecer simbolicamente o genocídio dos Nama e Herero, cometido na Namíbia no início do século XX, têm agitado o debate político. Vêm também reavivando o debate em torno

dos “contributos” coloniais para as políticas de extermínio nazi, ligação desde logo antecipada por autores como Hannah Arendt e Aimé Césaire. Na Bélgica, tanto o domínio desumano de Leopoldo II, como o papel do Estado na violenta descolonização do antigo Congo têm merecido renovada atenção. Também os mitos de uma descolonização britânica ordeira vêm sendo reexaminados, em particular nos cenários de *counter-insurgency* do Quênia e da Malásia. Historiadores como David Anderson e Caroline Elkins denunciaram a violência do que a última chamou o “Gulag britânico”. Ambos se envolveram nas disputas judiciais que levaram ao pagamento de reparações a vítimas, ainda vivas, da violência discricionária que, mais frequentemente do que se julga ou se quer reconhecer, marcou os vários processos de descolonização.

Estes exemplos demonstram sugestivamente, ao invés de determinarem uma separação rígida entre memória e história, como as memórias do colonialismo são necessariamente heterogêneas. Os debates públicos sobre o colonialismo europeu podem abrir espaço (e têm-no feito) para que memórias diferentes, em particular as dos antigos colonizados, entrem por direito próprio na arena pública. Essa inclusão recalibra ainda as várias identidades e memórias nacionais que, de forma deliberada ou inadvertida, reduziram a história imperial à história da antiga metrópole, deixando de fora milhões de seres humanos e seus descendentes. Mais, e ao contrário do que se apregoa, o debate público sobre as histórias e memórias coloniais não parece ter enfraquecido a investigação académica sobre o colonialismo europeu. Antes tem obrigado a um olhar cada vez mais atento e imaginativo por parte da academia. Nem a transferência para a esfera jurídica de debates intelectuais, nem o confinamento destes à esfera académica em nome de um qualquer orgulho civilizacional pretensamente ameaçado são as únicas opções em contenda – por exemplo, entre a defesa da remoção de estátuas e a absoluta intransigência face a qualquer mudança, apresentam-se outras opções que podem conciliar a preservação de património e a sua devida contextualização histórica. Ou, no que toca a indemnizações, estaremos seguramente a falar de processos muito diferentes, caso se trate de um expediente de um governante para atenuar as suas responsabilidades nos problemas presentes da sua comunidade, ou de vítimas individuais que pretendem ser compensadas por violações várias dos direitos humanos cometidas pelo Estado.

A radicalização de posições irreconciliáveis pode servir muito bem para cimentar sociabilidades de grupo, alimentando o protagonismo vaidoso deste e daquele. Mas não contribui para um conhecimento fundamentado sobre as sociedades onde vivemos, o seu passado

A longa história dos impérios não é uma matéria a ser resolvida de forma individual pelas nações europeias, antes também pela Europa como um todo, recorda a professora de História contemporânea Elizabeth Buettner

“Mesmo hoje, minorias nascidas na Europa são tidas como ‘imigrantes de segunda geração’”

e respectivos legados. Como recentemente afirmou Timothy Garton Ash no *Guardian*, a propósito do movimento que, na África do Sul e no Reino Unido, pretende remover uma série de estátuas de figuras imperiais de estabelecimentos de ensino, o debate associado sobre as políticas da memória é “perfeitamente legítimo”, tal como o foi aquele que teve lugar no Leste europeu após 1989.

Após o silêncio ou o mero murmúrio, a cacofonia em Portugal

Por cá, estes debates têm sido dominados pela memória e pela nostalgia, maioritariamente branca. E por uma virulência extrema, ironicamente oriunda não de “activistas”, mas daqueles que se insurgem contra os que apresentam uma visão menos delico-doce do império colonial português, seja através de investigação, artigos de jornais ou até por via da ficção literária.

No entanto, o foco nas políticas da memória e da identidade (mesmo que de sentido contrário), também visível no interior da academia, não pode sobrepor-se à necessidade de indagação rigorosa do passado colonial. Apesar do crescimento considerável que o estudo da história colonial portuguesa verificou nos últimos anos – por exemplo, com novas investigações sobre os programas de desenvolvimento e de produção científica, sobre as dinâmicas da administração ou sobre as ricas formas de cultura popular em contexto colonial –, há ainda demasiadas lacunas. Informação elementar ainda escasseia, sobre tópicos como a violência organizada ou políticas da (sub)cidadania. Ou ainda sobre as experiências e iniciativas das populações subjugadas. Estes ângulos mortos não se limitam estritamente ao passado, decerto. É fundamental ir mais longe na indagação empiricamente sustentada de como os seus legados contribuíram para moldar as diferentes realidades pós-imperiais. Tal pode ser feito a partir de temas como a escassa inclusão política e cívica, a marginalização económica ou o desigual acesso à educação. Contudo, muitos dos debates contemporâneos sobre estes temas no espaço público não mostram acompanhar os desenvolvimentos no campo académico. Amiúde, trata-se por novidade o que não é, ignora-se o que está estabelecido, toma-se por evidente o que está longe de estar resolvido. O debate decorre maioritariamente da memória e da política, não da história. Pouco contribui para a obrigação cívica que todos temos: discutir de modo rigoroso e crítico, sem preconceitos e sem cedências, os passados do presente. E os caminhos do futuro que queremos.

Os autores são investigadores do Centro de Estudos Sociais — Universidade de Coimbra



Elizabeth Buettner é professora de História Contemporânea na Universidade de Amsterdão. O seu último livro, *Europe after Empire: Decolonization, Society and Culture* (2016), é uma

análise comparada sobre como várias sociedades europeias lidaram com os turbulentos fins dos impérios, e as suas consequências. Nesta entrevista recordamos porque é fundamental reconhecer e estudar esse passado imperial, desde logo para compreender o modo como este se repercute no nosso presente como sociedade pós-imperial.

Argumenta que as memórias “selectivas” persistem em várias sociedades pós-imperiais, traduzindo-se na combinação entre o silenciamento dos passados coloniais e imperiais e a cacofonia estridente de memórias e narrativas sobre estes. Como operaram historicamente estas dinâmicas?

Independentemente de dirigirmos o nosso olhar para o Reino Unido, para França, Portugal ou qualquer outra antiga metrópole imperial, conseguimos facilmente identificar momentos em que esses passados emergem nos debates públicos. Por vezes, isto é provocado por determinadas publicações académicas, a circulação de testemunhos sobre o passado, ou o surgimento de romances ou filmes que se debruçam sobre temas imperiais. Debates políticos ou batalhas judiciais em que se reabrem casos de violência colonial, sujeitos a um intenso escrutínio, podem também gerar regressos ao império, da mesma forma que eventos comemorativos de datas simbólicas. Um aspecto curiosíssimo das memórias imperiais selectivas tem que ver como alguns temas recebem quase toda a atenção, frequentemente porque contam uma história mais afirmativa do passado nacional. Portugal não é o único país que se vem centrando no



período relativamente precoce dos seus “Descobrimentos” marítimos que desaguou num expansionismo global e tornou uma nação pequena tão importante para a história global: se olharmos para os Países Baixos, estes ainda reservam um lugar de orgulho para a sua VOC, ou Companhia das Índias Orientais, elemento central da herança nacional enquanto marco maior da “Idade de Ouro” do século XVII.

Como vão essas dinâmicas evoluir no futuro, à medida que os impérios fiquem cada vez mais distantes no tempo?

O apelo de elevar inícios pujantes e “idades de ouro” em detrimento de finais enfraquecidos e uma contracção do seu poder global em meados do século XX sobreviveu a renúncias ou retiradas contrariadas do império, e afigura-se provável que permaneça parte dos cânones das culturas nacionais num futuro próximo. Mas muitas das reapreciações públicas dos passados imperiais demonstraram ser efémeras e incompletas. O Reino Unido da década de 80, por exemplo, testemunhou o surgimento de uma série de livros, filmes e exposições que encorajavam “*Raj-nostalgia*” – memórias saudosas do Raj britânico na Índia que desapareceu em 1947, demasiado cedo para o gosto britânico. Nestas abundava o orgulho no que era retrospectivamente visto como boas intenções e valiosos feitos e a reivindicação de que prevaleciam, globalmente, boas relações entre colonizadores e colonizados. Interpretações afirmativas e nostálgicas assumiam precedência sobre o acto de mergulhar no racismo, na arrogância europeia, nos seus interesses egoístas e exploração económica, na brutalidade com que se suprimiu a resistência aos movimentos anticoloniais.

Há, portanto, um desequilíbrio incontornável na relação entre as histórias e memórias do império?

Muitos aspectos do passado imperial, mesmo que tenham aparecido à superfície do debate público, rapidamente desapareceram de cena. A disponibilidade da atenção pública para o passado imperial demonstrou ser altamente volúvel: a momentos intensos de celebração pós-imperial – ou, menos frequentemente, de condenação – seguem-se recaídas de silêncio e esquecimento.

Como é que os especialistas podem contribuir para um debate sério, fundamentado e menos volátil?

O desafio não passa apenas por captar a atenção do público, mas também por mantê-la, e encaminhá-la para novas direcções. Os historiadores podem contribuir substancialmente tanto dentro como fora da academia, ao providenciar

descrições equilibradas que resistam a versões parciais e frequentemente acrílicas da história imperial. Podemos insistir que é fundamental uma atenção rigorosa ao registo histórico, recolher novas provas e dar espaço a perspectivas há muito negligenciadas, e ser cautelosos em relação à “sabedoria” feita e a versões branqueadoras das histórias imperiais que são tidas por “senso comum” (pelo menos para muitos europeus, ainda que não necessariamente para as populações que foram colonizadas!).

Após décadas de promoção, nomeadamente pelo Estado, de um “nacionalismo imperial”, as tentativas de evocar os aspectos menos agradáveis do colonialismo deparam-se com fortes críticas. Sustenta-se, por exemplo, que há um risco de anacronismo histórico nessas tentativas. Como interpreta esta situação?

As vezes críticas têm muito mais dificuldades para dominar o espaço mediático ou político. Isto resulta, pelo menos em parte, da posição social e do “capital cultural” dos que participam nas discussões e nos debates: quanto provável é, por exemplo, que as visões e experiências das populações desfavorecidas que vivem lá longe em África, na Ásia ou nas Caraíbas – ou até das minorias étnicas originárias das ex-colónias que agora vivem na Europa – atinjam uma visibilidade comparável à de grupos sociais e perspectivas muito mais poderosos? Muitos indivíduos e grupos nunca lograram chegar ao palco do debate, desde logo aqueles cujas experiências e visões da história contradizem as narrativas já formadas que olham para o império através de um prisma essencialmente positivo. As suas vozes são tradicionalmente ouvidas em círculos mais pequenos, por oposição aos nacionais.

Está optimista quanto à possibilidade de estas reapreciações críticas dos passados imperiais chegarem a um público mais alargado, durante anos objecto de várias formas de apologia da benevolência imperial?

Se isto pode sugerir que há uma nova vontade de abordar o lado negro do colonialismo, o império continua a ter muitos defensores. Mesmo que aspectos ou episódios particulares possam ser reconhecidos como “maus” – da escravatura à tortura na era da descolonização –, eles podem, ainda assim, ser tratados como aberrações ou excepções que provam o que entendem ter sido a regra. Boas intenções, “oferendas” como as infra-estruturas de comunicação, escolas e hospitais, e alegadas políticas progressistas que tinham em mente os melhores



UIG/GETTY IMAGES

Reclamar direitos

Wambugu Wa Nyingi, Jane Muthoni, Paulo Nzili e Ndiku Mutua levaram o Estado britânico a tribunal reclamando indemnizações por violência discricionária no Quênia. Elementos da Frente de Libertação Nacional feitos prisioneiros pela Legião Estrangeira na Argélia

interesses dos colonizados podem ainda ser celebradas desde que dissociadas dos aspectos mais repreensíveis. Um punhado de vilões, fenómenos ou momentos podem, desta feita, ser criticados, ao passo que a maioria dos europeus que se envolveram nos projectos coloniais são protegidos ou poupados à vergonha, se não mesmo heroicizados. A este nível, e apesar das visões críticas, o colonialismo ainda pode

ser tido como parte galvanizadora da “história colectiva” das nações europeias; feitos, tanto reais como imaginados, podem continuar a ser pacificamente celebrados, e a possibilidade da afirmação de uma consciência conturbada atenuada.

A “diversificação da diversidade” é uma das características mais significativas das sociedades europeias contemporâneas, afectando sobremaneira as políticas de identidade. Como é que esta se relaciona com as diversas trajectórias imperiais?

Em grande parte da Europa ocidental, as sociedades multiculturais que hoje existem devem muito dos seus contornos às suas histórias imperiais. Estas englobam não apenas os numerosos grupos de origem europeia que regressaram do império, tais como os retornados portugueses de África ou os *pied-noirs* franceses que regressaram da Argélia. Engloba também as populações que constituem as minorias étnicas com ascendência em África, na Ásia e nas Caraíbas. O seu número cresceu

PETER MACDIARMID/GETTY IMAGES



“imigrantes de segunda geração” – um *non sequitur* exemplar, mas, ainda assim, um que retoricamente lhes nega a plena pertença à nação.

As hierarquizações raciais ou socio-culturais imperiais condicionaram as políticas de acolhimento e da sua apreciação a um nível popular?

Os argelinos em França eram amplamente temidos como inassimiláveis que transportavam consigo traços culturais indesejáveis ou até mesmo perigosos, em particular aqueles vistos como indissociáveis do islão. As minorias muçulmanas receberam, de longe, a apreciação mais negativa, e não apenas em França; com o tempo, outros grupos religiosos minoritários (incluindo os hindus e sikhs no Reino Unido) e minorias étnicas cristãs acabaram por ser vistos como muito menos preocupantes no que dizia respeito ao seu impacto nas culturas nacionais, mesmo que continuassem a experimentar formas de racismo. Os grupos estrangeiros europeus eram frequentemente os menos debatidos, e também regularmente considerados os menos problemáticos. Dito isto, mudanças nas atitudes começaram a tornar-se visíveis com o alargamento a leste da União Europeia em 2004 e 2007. O referendo do “Brexit”, de Junho de 2016, tornou claro que o pico de migração europeia, em especial do Leste europeu, fez de muitos britânicos hostis à pertença à União Europeia.

A descolonização global e o processo de integração europeia ganharam um substancial impulso histórico praticamente ao mesmo tempo, mas a interdependência entre ambos tem sido frequentemente ignorada. Como é que estes se relacionaram?

A Comunidade Económica Europeia, que ganhou a sua forma na década de 50, era composta por seis membros fundadores, e todos eles, com a excepção do Luxemburgo, caracterizavam-se por um passado, ou mesmo um presente, no qual despontava o seu papel de construtores de impérios fora da Europa. A Alemanha perdeu as suas colónias em África e no Pacífico na rressaca da Primeira Guerra Mundial, e a Itália as suas possessões no Norte de África como resultado da Segunda Guerra; os Países Baixos, apesar de terem sido forçados a retirar da Indonésia em 1949, ainda detinham territórios caribenhos no âmbito do reino; a Bélgica estava determinada a manter a sua presença no Congo e a França continuava comprometida com o seu império – que tinha sido renomeado “União Francesa” – bem depois de a sua guerra na Indochina ter redundado numa retirada em 1954. Quando a Comunidade foi fundada em 1957, os seus membros ainda governavam

várias populações ultramarinas; mais do que isso, em muitos casos, os Estados-membros tinham transformado as “colónias” em “províncias ultramarinas” da própria nação. Por muito que isso pareça estranho hoje, a Argélia não era oficialmente uma colónia, antes parte de França. Isso quer dizer que a longa guerra argelina foi combatida também no seio da CEE e que a subsequente independência do país em 1962 causou literal e imediatamente uma diminuição substancial do território compreendido pela comunidade.

Entende, pois, que as narrativas institucionais e políticas sobre a integração europeia têm frequentemente negligenciado partes da sua história?

O projecto europeu não consistia simplesmente no esforço de preservar a paz após a Segunda Guerra Mundial e o fascismo; no fim de contas, a forma como os seus Estados-membros se comportaram com as populações coloniais foi tudo menos pacífica quando se tratou de tentar preservar ao máximo a sua capacidade de projecção global. As nações colonizadoras europeias envidaram esforços para preservar tanto quanto podiam dos seus impérios durante os anos 50, mas assim que a descolonização em larga escala se tornou incontornável, excluir impérios decadentes e sonhos falhados da história da integração europeia tornou-se demasiado fácil e apelativo.

O caso português é, a este propósito, muito interessante. O que o caracteriza?

Se a CEE foi considerada uma alternativa menor e desprestigiante para um Reino Unido que tinha perdido praticamente todo o seu império à data da adesão, em 1973, o caminho trilhado por Portugal até à adesão foi decididamente diferente. Portugal tornou-se Estado-membro em 1986, aproximadamente uma década após a queda do Estado Novo ter provocado uma descolonização tardia em África e a democratização na metrópole. Fazer parte do que foi pouco depois rebaptizada como União Europeia era economicamente atractivo e a cereja no topo do bolo da sua recente transformação política. Ainda assim, Portugal combinou o seu entusiasmo europeu com um persistente interesse no *vintage* imperial mundo lusófono, como se pode conferir pela prioridade que atribui à CPLP e, em particular, ao Brasil.

Podemos considerar, não só no caso português, que a história imperial e colonial é matéria central na imaginação política do presente e do futuro?

Os Estados pós-coloniais europeus continuam a guiar-se por orientações geopolíticas que recuam aos tempos coloniais e que às vezes coincidem, outras competem, com identificações com a

Europa. A longa história dos impérios não é uma matéria a ser resolvida de forma individual pelas nações europeias, antes também pela Europa como um todo. O imperialismo foi um fenómeno transnacional que permaneceu como parte incontornável dos primeiros anos da integração europeia. As relações estabelecidas com e entre as sociedades multiétnicas e pós-coloniais europeias só beneficiaram destes esforços, bem como as relações estabelecidas entre a Europa e Estados pós-coloniais noutros continentes. **A doutrina do luso-tropicalismo tem ainda uma poderosa ressonância no seio da sociedade portuguesa. A crítica pública à excepcionalidade portuguesa é muito menos vibrante do que noutras sociedades. Que factores mostraram ser mais decisivos para as diferenças entre os vários espaços nacionais?**

Ironicamente, a forma como as várias sociedades europeias apreendem a excepcionalidade das suas histórias imperiais, das suas atitudes face à diferença racial ou cultural ou ambas é o exacto oposto de qualquer noção de excepcionalidade. Proclamações resolutas de que o seu próprio império foi menos racista e mais benevolente e “tolerante” do que aqueles governados por outros europeus podem facilmente ser rastreadas quer tentemos olhar para britânicos, franceses, portugueses ou qualquer outro exemplo nacional. Contrariar glorificações do império e das relações raciais (pós)coloniais continua a ser um processo muito desequilibrado e desigual para onde quer que olhemos. Muito trabalho está ainda por ser feito, se queremos que os impérios e as suas trajectórias sejam reconhecidos nestes tempos pós-coloniais. Esta é uma empresa para a qual os historiadores podem contribuir, assim como os Estados, os *media*, e o público em geral ao exigir – e contribuir para – um tratamento mais completo e equilibrado do que actualmente se verifica. Fazê-lo significa, de facto, olhar de forma mais circunspecta para as histórias nacionais de construção, gestão e retirada dos impérios, bem como além-fronteiras, para o que outros impérios fizeram ou não fizeram nas suas possessões ultramarinas. Trata-se também de examinar cuidadosamente de que modo as culturas imperiais passadas ainda reverberam na Europa, principalmente no que concerne a ideias sobre a diferença racial e étnica que mantêm grupos minoritários numa situação de acentuada desvantagem. Uma história comparada não deve tentar julgar, de forma simplista, qual dos registos nacionais na obra de colonizar ou de construir sociedades multiculturais pode ser considerado “melhor” ou “piores”, antes como criaram a Europa do presente.

dramaticamente após a Segunda Guerra Mundial: populações provenientes de colónias subdesenvolvidas dirigiram o olhar para metrópoles situadas no Noroeste da Europa em busca de trabalho e oportunidades sociais. Estas últimas, por sua vez, estavam a recuperar e a reconstruir-se após os anos de guerra.

E como lidaram com esse fenómeno?

Durante algum tempo, o Reino Unido, a França, os Países Baixos, juntamente com Portugal, facilitaram a imigração interna proveniente das suas colónias através de políticas que transformaram “súbditos” em “cidadãos”, independentemente da raça – um meio para justificar a continuação do império por via de gestos de inclusão num período em que as reivindicações de descolonização eram cada vez mais impossíveis de ignorar. Apesar de os países europeus terem beneficiado extraordinariamente do trabalho migrante de origem colonial, as políticas de cidadania inclusivas foram substituídas por medidas que reforçavam a exclusão depois de a descolonização se ter concretizado. As minorias étnicas pós-coloniais que à época residiam na Europa estavam para ficar, mas sofreram os efeitos do racismo e foram largamente tratadas como cidadãos e cidadãs de segunda classe ou como “estrangeiros com um passaporte” que, afinal, não mereciam.

Pode-se então falar de uma persistência subterrânea das políticas da diferença após a descolonização?

Muitos europeus revelaram-se resistentes a abandonar noções de diferença racial profundamente impregnadas ou sobre a sua própria superioridade inculcadas ao longo das duradouras histórias imperiais. Africanos, asiáticos e caribenhos eram difusamente entendidos como “outsiders” raciais e culturais, independentemente da sua nacionalidade ou mesmo local de nascimento. Mesmo hoje, minorias nascidas na Europa são amiúde popularmente tidas como